



"A extensão colabora com a construção de uma cultura de Direitos Humanos"

Entrevista com
Samuel Mânica Radaelli

O professor doutor em Direito e advogado Samuel Mânica Radaelli é servidor no Instituto Federal do Paraná (IFPR) e foi um dos organizadores da Enciclopédia Latino-Americana de Direitos Humanos. Como pesquisador da área, afirma que as particularidades da América Latina devem considerar seus aspectos culturais e políticos, os quais, qualificadamente, podem ser identificados e reconhecidos através dos resultados obtidos por meio de trabalhos extensionistas. Nesta entrevista, apresenta sua experiência extensionista e fala sobre sua afinidade com a área dos Direitos Humanos, o que lhe possibilitou o engajamento em alguns projetos de extensão no IFPR - Câmpus de Palmas.

Caminho Aberto - De que forma as questões legais e universais sobre Direitos Humanos contribuem para uma sociedade pautada nos princípios da democracia e da justiça social? Quais os limites para a efetivação dos marcos legais dos Direitos Humanos? Como as políticas do IFPR vêm sendo construídas de forma a alinhar com as questões legais e universais sobre os Direitos Humanos?

Samuel Radaelli - Os Direitos Humanos, na atualidade, devem ser vistos como necessidades e possibilidades do ser humano, a serem assegurados em função do resguardo, da promoção e da expansão da vida. Dessa forma se estabelecem como pressupostos para organização das práticas políticas. A satisfação das necessidades existenciais, tanto no âmbito material como na dimensão simbólica e cultural, demanda a distribuição equitativa das riquezas produzidas, por isso a justiça social se apresenta como um expediente fundamental. Com relação aos entraves da efetivação dos Direitos Humanos, há uma situação orientada por uma visão economicista na qual se dá privilégio aos direitos patrimoniais dos grupos que detêm maior poderio econômico. É preciso recordar que o poder determina não só a elaboração das leis, mas também determina a sua aplicação, ou seja, o poder modela e modula a legislação. Assim, as instituições têm operado a modulação na aplicação dos Direitos Fundamentais de acordo com a orientação dada pelo mercado, o que significa um déficit de normatividade principalmente dos direitos sociais, contraposto a uma hipervalorização da propriedade e das garantias do cidadão proprietário. IFPR, neste âmbito, expressa tensão entre Neoliberalismo e Direitos Humanos, na forma de uma tensão entre aqueles que entendem a educação como um processo de adaptação ao mercado, confrontando-se com aqueles que buscam a construção de formas de pensar contra a barbárie.

Caminho Aberto - De que forma os projetos de extensão podem colaborar com a promoção dos Direitos Humanos? O IFPR vem percebendo as atividades de extensão como ações estratégicas importantes na colaboração da educação em Direitos Humanos dentro da instituição e na sociedade como um todo?

Samuel Radaelli - O desenvolvimento de práticas de extensão é uma estratégia importante em duas frentes: primeiro na busca de efetivar determinados direitos para grupos específicos; e um segundo fato importante é que a extensão colabora com a construção de uma cultura de Direitos Humanos. O IFPR vem percebendo as atividades de extensão como ações estratégicas importantes na incorporação dos valores dos Direitos Humanos, principalmente por ações como: inclusão curricular da disciplina de Educação em Direitos Humanos nas Licenciaturas; abertura de editais exclusivos para Direitos Humanos; políticas de concretização e difusão do direitos das minorias; criação dos NEABIS (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas). Mas é necessário avançar para uma visão substancial do processo de educação para a formação do pensamento, com aposta na criticidade para além da adaptação ao poder.

Caminho Aberto - Considerando sua atuação desde 2010 no IFPR, o senhor consegue perceber avanços nas ações voltadas à defesa dos Direitos Humanos pelos institutos federais? O que ainda precisa/pode ser melhorado?

Samuel Radaelli - Há muitos avanços, sim. Dentre eles, eu gostaria de destacar a construção de editais específicos, a formação de núcleos para discussão de direitos de minorias e a inserção em comunidades e grupos mais vulneráveis. Estas ações fazem com que as pautas dos Direitos Humanos se tornem uma preocupação de todos aqueles que são atingidos pela atuação dos institutos. Creio que é necessário ainda construir uma política de cotas para bolsas de iniciação científica voltadas para minorias, para que as mulheres e negros possam recobrar um espaço histórica e violentamente negado, abrindo espaço para que LGBTQs e índios e outras minorias possam fazer ciência de forma engajada.

Caminho Aberto - O senhor acredita que a busca ativa dos públicos-alvo para projetos de extensão voltados aos Direitos Humanos é uma alternativa para garantir o acesso das ações extensionistas pela comunidade?

Samuel Radaelli - Acho uma ação relevante, principalmente nos cursos técnicos, a busca ativa propicia o estímulo à formação de extensionistas e a descoberta de novos agentes que muitas vezes não perceberam a importância da extensão.

Caminho Aberto - Nos últimos anos, tem crescido o interesse de institutos e universidades federais em criar políticas internas sobre os Direitos Humanos. O senhor teria sugestões de como elaborar (discutir, formar, sensibilizar, etc.) uma política formal de Direitos Humanos concernentes à Extensão?

Samuel Radaelli - Bem, com relação a isso é importante ressaltar aquilo que já mencionamos: os institutos têm avançado na realização de políticas públicas e na construção de mecanismos de formação sobre Direitos Humanos. Creio que o desafio é a elaboração de atividades de educação em Direitos Humanos focados na comunicação de massa, através de mídias que tratem da circulação de informações sobre o tema, mas principalmente a construção de um observatório da imprensa que denuncie a difusão de informações mentirosas sobre o tema, as quais são francamente vinculadas por rádio e TV. Com relação à efetividade de práticas, eu destaco as atividades que realizam uma interação entre arte, cultura democrática e Direitos Humanos, pois elas criam um espaço de formação mais sólido e atrativo, através da sensibilidade. A experiência da estética e da projeção mimética da vida abre horizontes de reflexão mais densos. Além disso, é importante a inclusão de pautas de Direitos Humanos em projetos de extensão que são de áreas técnicas, pois uma abordagem direta se destina àqueles que já têm interesse, enquanto que, em práticas de extensão voltadas à formação profissional, tem-se um espaço para formação do interesse com o tema.

Caminho Aberto - ***A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi elaborada em 1946, mais de 70 anos se passaram e a gente observa que esse exercício de compreender e vivenciar o que são os Direitos Humanos ainda não alcançou grande parte da população brasileira. No Brasil temos percebido o crescimento de discursos e práticas que naturalizam a violação de Direitos Humanos e da democracia. Em sua análise, como reiterar a importância dos Direitos Humanos neste cenário? Em sua missão institucional de formar cidadãos para o mundo, como o IFSC, por meio das ações de extensão pode contribuir para a reafirmação dos valores defendidos pelos Direitos Humanos?***

Samuel Radaelli - São perguntas que eu me faço constantemente, e as respostas são precárias, mesmo porque é difícil compreender a causa desse problema. Creio que da percepção das causas poderão surgir respostas ao problema. Em razão disso, eu penso que o ataque aos Direitos Humanos e à democracia seja uma reação. Ela se deve, entre outros elementos, à expansão do protagonismo das minorias que, através da vivência da democracia, alcançam maior visibilidade para as suas pautas – afinal, quando se dá direitos a um grupo, retiram-se privilégios de outro. Por isso a reação é violenta. Por outro lado, creio que nós supervalorizamos os avanços ocorridos na nossa sociedade. Assim, eu estou convicto de que o enfrentamento desses ataques à democracia e aos Direitos Humanos demanda compreensão da nossa trajetória de desigualdade e opressão social, na mesma linha, a ampliação do reconhecimento das necessidades específicas dos grupos que são minoria no âmbito das relações de poder.

Por Felipe José Schmidt, Mestre em Educação, licenciado em Filosofia pela PUCPR, professor de Filosofia e presidente do Comitê de Direitos Humanos do IFSC.